

O lugar da **interpretação** na promoção de atrações e destinos mais sustentáveis: Uma análise da **dimensão económica da sustentabilidade**

MARÍLIA DURÃO * [marilia.durao@ua.pt]

CELESTE EUSÉBIO ** [celeste.eusebio@ua.pt]

MARIA JOÃO CARNEIRO *** [mjcarneiro@ua.pt]

Resumo | A interpretação é apontada como um elemento chave para a prática de um turismo mais sustentável, apresentando-se como uma solução para muitos dos problemas e conflitos que advêm da atividade turística, conjugando os interesses do visitante, dos territórios, dos recursos e da comunidade local. Partindo deste pressuposto, importa compreender como pode a interpretação contribuir para a sustentabilidade das atrações e dos destinos turísticos. Com base numa revisão da literatura publicada nas últimas duas décadas, procurou-se conhecer o estado da arte da sustentabilidade aplicada à área do turismo, identificando as dimensões que lhe têm vindo a ser atribuídas. Atendendo, em particular, à dimensão económica, percebe-se, através deste estudo exploratório e de carácter conceptual, que a relação entre a interpretação e a sustentabilidade económica é uma área de estudo ainda muito pouco explorada.

Palavras-chave | Interpretação, Sustentabilidade, Turismo sustentável, Dimensão económica, Destinos turísticos.

Abstract | Considered as a fundamental issue to the practice of a sustainable tourism, interpretation can be presented as a solution to many problems and conflicts deriving from the tourism activity by combining the interests of the visitor with those of the territories, resources and local community. Under this assumption it is important to understand how interpretation can assist attractions and tourist destinations to achieve sustainability. In way to know the state of the art of sustainability applied to tourism and to identify the dimensions which have been attributed to it, a review of literature published in the last two decades was undertaken. Regarding to the economic dimension in particular, it is clear, from this exploratory and conceptual approach, that the relationship between interpretation and economic sustainability is still a very poorly explored field of study.

Keywords | Interpretation, Sustainability, Sustainable tourism, Economic dimension, Tourism destinations.

* **Doutoranda** do Programa Doutoral em Turismo na Universidade de Aveiro. **Bolseira** de Investigação Científica na Universidade de Aveiro, e **Investigadora** da Unidade de Investigação GOVCOPP (UA).

** **Doutora em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professora Auxiliar** na Universidade de Aveiro, e **Investigadora** da Unidade de Investigação GOVCOPP (UA).

*** **Doutora em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professora Auxiliar** na Universidade de Aveiro, e **Investigadora** da Unidade de Investigação GOVCOPP (UA).

1. Introdução

No século XX, o turismo emergiu como uma das maiores e mais competitivas indústrias mundiais, com um nível de crescimento muito acentuado, tendo as chegadas internacionais de turismo ultrapassado a barreira dos mil milhões em 2011 (UNWTO, 2012). Estes movimentos têm impactes muito significativos nos destinos e nas comunidades que os recebem. São muitos e amplamente reconhecidos os benefícios que advêm da atividade turística para as áreas receptoras, que vão desde a diversificação das economias locais à criação de emprego, à captação de investimento para infraestruturas e equipamentos de uso comum ou à valorização do valor dos recursos naturais e culturais que constituem atrativos para a atividade turística. No entanto, e também significativos, são os malefícios que dela derivam, que podem passar pelo deslocamento ou exclusão da população local, inflação dos preços, destruição das áreas naturais, descaracterização dos valores culturais por assimilação dos hábitos estrangeiros ou por conflitos entre as atividades económicas locais e a atividade turística.

Neste sentido, e sendo difícil desassociar estes impactes das mudanças contínuas que naturalmente ocorrem numa região ou comunidade por influência da própria atividade turística, é notável uma crescente preocupação com as várias dimensões em que o desenvolvimento turístico ocorre, sobretudo em locais onde esta é a principal atividade económica (Park & Jamieson, 2009). Vários autores têm vindo a difundir a ideia de que o desenvolvimento turístico não, ou indevidamente, planeado pode destruir os próprios recursos que constituem a base e a razão de ser do próprio turismo, arruinando os elementos que tornam os destinos tão atrativos para a atividade turística (Choi & Sirakaya, 2006; Inskip, 1991; McCool 1995, citado por Byrd, 2007).

É neste contexto que a gestão de visitantes e a interpretação são apontadas como a solução para muitos destes problemas e conflitos. Encontra-se amplamente reconhecida a importância que a

interpretação assume enquanto elemento chave para a prática de um turismo 'mais' sustentável (TS), através da criação de processos de gestão mais eficazes, da conservação dos recursos e da valorização da experiência dos visitantes, contribuindo para a sustentabilidade das atrações, dos territórios e da atividade turística (Moscardo, 1998). Por esta razão, tem sido dada grande atenção à interpretação ambiental que é desenvolvida em áreas naturais e culturais protegidas (Kuo, 2002), embora esta seja também reconhecida, atualmente, pela centralidade que assume em todo o tipo de atrações (Moscardo & Ballantyne, 2008).

Pretende-se, com este artigo de caráter conceptual, contribuir para o enriquecimento do estado da arte desta área de estudo, identificando-se em que dimensões a interpretação poderá desempenhar um papel relevante na sustentabilidade das atrações e dos destinos turísticos. Para tal, num primeiro momento, foram feitas algumas considerações sobre o desenvolvimento do TS, através de uma análise das dimensões da própria sustentabilidade, incluindo uma breve apresentação do conceito de interpretação e dos seus objetivos. Foi, ainda, efetuado um levantamento dos estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da relação entre a interpretação e a sustentabilidade, o qual foi orientado para a identificação de estudos realizados sobre a dimensão económica da sustentabilidade, visto esta ser aquela, de entre o conjunto de dimensões – tradicionais ou alargadas – a que menos tem sido explorada neste domínio.

2. Metodologia

A prossecução dos objetivos propostos baseou-se numa revisão da literatura publicada, nas últimas duas décadas, sobre esta temática. Para este efeito, numa primeira fase, foi analisado um conjunto de estudos publicados em diversas fontes, contemplando o período de 1990 a 2011, e que

se encontram disponíveis na base de publicações científicas *Scopus*.

Na identificação destes estudos, para além do período temporal e da limitação das consultas a artigos científicos, as pesquisas foram limitadas à área das Ciências Sociais. Estas pesquisas foram realizadas através da combinação de várias expressões presentes no título, resumo e palavras-chave dos artigos. Na análise dos artigos recolhidos procurou-se identificar as dimensões da sustentabilidade, compreender qual o contexto em que são referidas (tipo de estudo e seus objetivos) e que indicadores são propostos para a sua monitorização.

Numa segunda fase, e no sentido de se identificar que contributos têm sido feitos para a compreensão dos impactes que derivam da interpretação para a sustentabilidade das atrações turísticas e dos destinos, atendendo, em particular à dimensão económica da sustentabilidade, foi realizada uma nova pesquisa na *Scopus*, para o mesmo período, através da combinação entre os conceitos 'interpretation' e 'visitor management' e as características específicas desta dimensão (com base no sistema de indicadores para gestão do TS¹ proposto por Choi & Sirakaya, 2006) (figura 1). A proposta destes autores foi selecionada de entre as restantes por abranger um conjunto mais diversificado de dimensões da sustentabilidade.

3. As dimensões da sustentabilidade

Ao longo do século XX assistiu-se a um crescente reconhecimento da importância da sustentabilidade do turismo, que não pode ser mais encarado como uma atividade comercial sem relações com

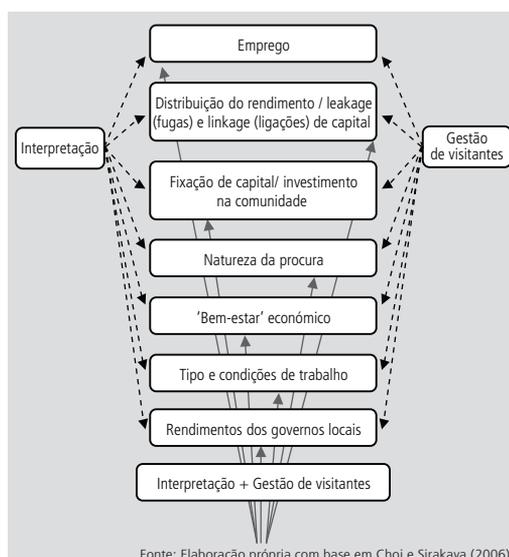


Figura 1 | Sistema de pesquisa de relações entre os conceitos 'interpretação' e 'gestão de visitantes' e os temas propostos por Choi e Sirakaya (2006) para a dimensão económica da sustentabilidade.

o meio humano, natural e sociocultural. Desde que o conceito de desenvolvimento sustentável foi proposto, pela primeira vez no documento *Our Common Future* da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, produzido pela ONU e apresentado no Relatório Brundtland em 1987, este passou a ser aplicado com grande frequência a vários domínios, incluindo à área do turismo. Para Butler (1999), a facilidade com que este conceito foi aceite por todo o mundo fez com que o termo 'sustentabilidade' perdesse o seu verdadeiro significado, sendo aplicado de forma superficial a uma grande variedade de atividades. Esta ambiguidade determina que quase qualquer forma de turismo possa ser sustentável (Hanai, 2012).

Hanai (2001, p. 212) defende esta afirmação com base nas indicações da *World Tourism Organization* (UNWTO) e da *United Nations Environment Programme* (UNEP), alegando que "as diretrizes para o desenvolvimento sustentável do turismo e as práticas de gestão sustentáveis são aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destinos, incluídos no turismo de massas e os

¹ De que são exemplo: employment, income distribution, capital leakage/linkage, capital formation in the community/investment, economic well-being, labor conditions, tax revenues, business performance/profitability, destination competitiveness, etc.

diversos segmentos turísticos". A sustentabilidade deverá ser o objetivo da atividade turística e não constitui um tipo específico de turismo; não deverá limitar-se ao chamado 'turismo alternativo' ou a formas de turismo normalmente conotadas como sustentáveis, como o ecoturismo, o turismo rural, o turismo responsável, o turismo verde, o turismo de comunidade ou o turismo ético.

A crescente utilização deste termo é perceptível através de uma análise dos estudos publicados neste domínio. Se considerarmos, somente, as publicações de artigos científicos subordinadas à temática do TS publicados entre 1990 e 2007 (pesquisa via *Scopus* através dos termos de pesquisa 'tourism' e 'sustainability'), são contabilizados cerca de oitocentos resultados. Esta temática ganhou especial relevância a partir do final dos anos oitenta e tem sido uma área de estudo para a qual têm sido feitos cada vez mais contributos (Figura 2).

Jamal e Dolnicar apresentaram-se como os autores com maior número de publicações nesta temática (com seis artigos cada). O Reino Unido, os Estados Unidos e a Austrália são os três países com maior número de artigos afiliados, com 150, 134 e 120 artigos, respetivamente.

Considerando as revistas científicas com mais de dez artigos publicados no âmbito desta temática, verifica-se que o *Journal of Sustainable Tourism* é aquela que contabiliza mais artigos (136) (Figura 3). Esta é, aliás, mais uma evidência da importância desta área de estudo, uma vez que é uma publicação exclusivamente dedicada ao TS. Uma análise de publicações nesta revista, ao longo de 15 anos (1993-2007) realizada por Lu e Nepal (2009) evidencia, precisamente, que se têm vindo a procurar formas de turismo cada vez mais sustentáveis e que esta temática tem ganho mais relevância no domínio do turismo de massas enquanto preocupação de um maior número de turistas.

Apesar de ter origem no conceito de desenvolvimento sustentável, o conceito de TS tem conseguido distanciar-se da grande controvérsia que ainda se desenrola em redor da definição clara e exata do primeiro. Mas apesar de ser possível definir, com maior concordância, os objetivos que norteiam o TS, não existe, ainda, uma definição universalmente aceite. Uma das propostas que tem vindo a ser mais aplicada pela indústria e na literatura do turismo é a da UNWTO (2012), onde o TS é definido como um tipo de turismo que tem em consideração os seus

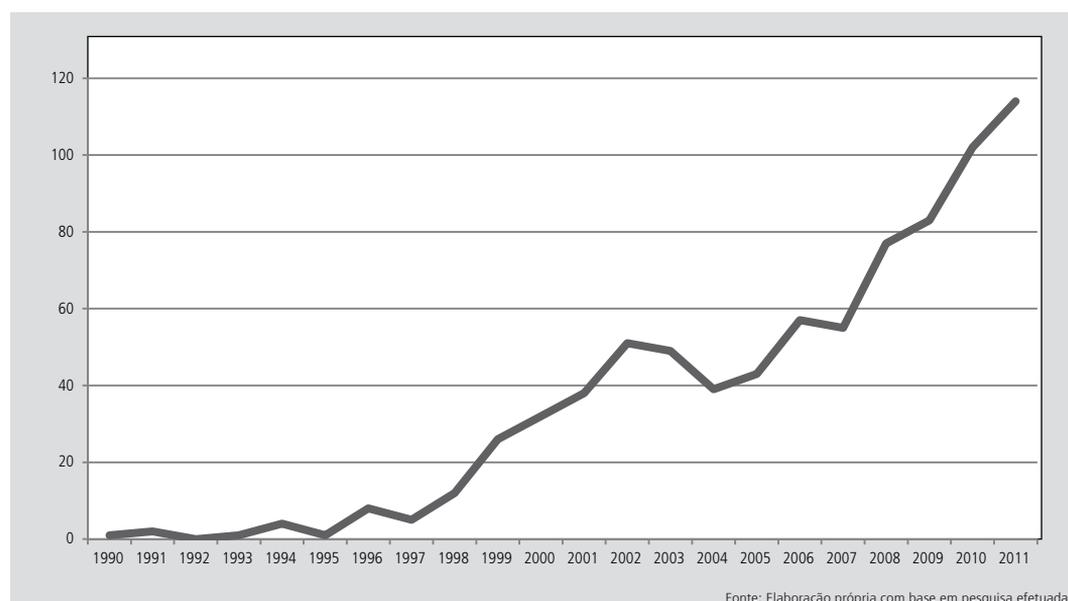


Figura 2 | Número de artigos publicados por ano, de 1990 a 2011.

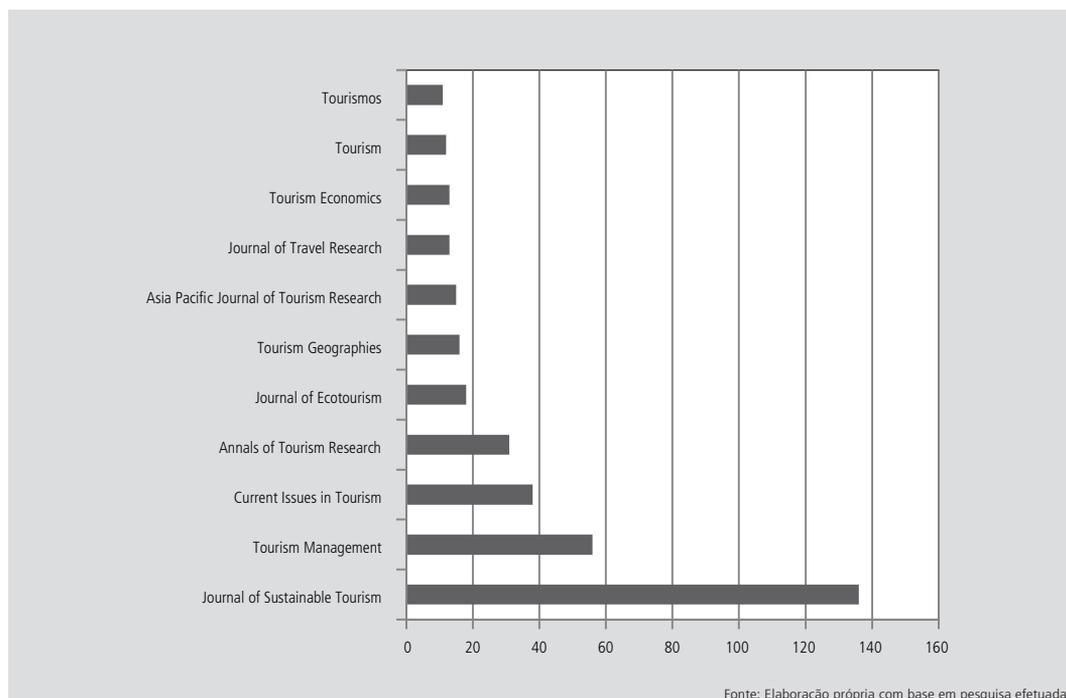


Figura 3 | Número de artigos publicados por revista científica, de 1990 a 2011.

impactes económicos, sociais e ambientais futuros, satisfazendo as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades recetoras. Deste modo, satisfazem-se as necessidades do presente enquanto se protegem e se promovem oportunidades para o futuro.

Vários autores têm, também, tentado incorporar os pressupostos da sustentabilidade no desenvolvimento da atividade turística, pelo que têm vindo a aplicar o conceito de 'desenvolvimento turístico sustentável' (DTS) (Gunn 1994; Ioannides, 1995; Robson & Robson 1996; UNWTO, 1998; e Hardy & Beeton, 2001, citados por Byrd, 2007).

Desde que se iniciou o debate sobre esta temática, muitos académicos e organizações locais e internacionais, governamentais ou não-governamentais têm procurado converter para um domínio prático os contributos teóricos que esta área de estudo tem reunido (Ko, 2005). Mas como Ko (2005, p. 431) refere, "a sustentabilidade em turismo

é, mais frequentemente, um desejo ou uma meta, do que um objetivo mensurável e concretizável". Neste sentido, torna-se necessário conhecer as múltiplas dimensões da sustentabilidade e desenvolver medidas que permitam aferir a eficiência das políticas e ações implementadas.

Choi e Sirakaya (2006) apresentam as dimensões económica, sociocultural e ambiental, como as tradicionais do DTS. Também Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003) apresentam a relação entre estas dimensões como a essência do paradigma da sustentabilidade (com base em autores como Bramwell et al., 1996, citado por Butler, 1999; Butler, 1993; Coccossis, 1996; ou UNWTO, 1993). Esta consideração é sustentada por uma análise feita a 21 artigos, realizada a partir de uma análise mais alargada de 98 artigos publicados no âmbito da temática do DTS.

No entanto, Choi e Sirakaya (2006) chamam a atenção para o facto de se terem vindo incluir

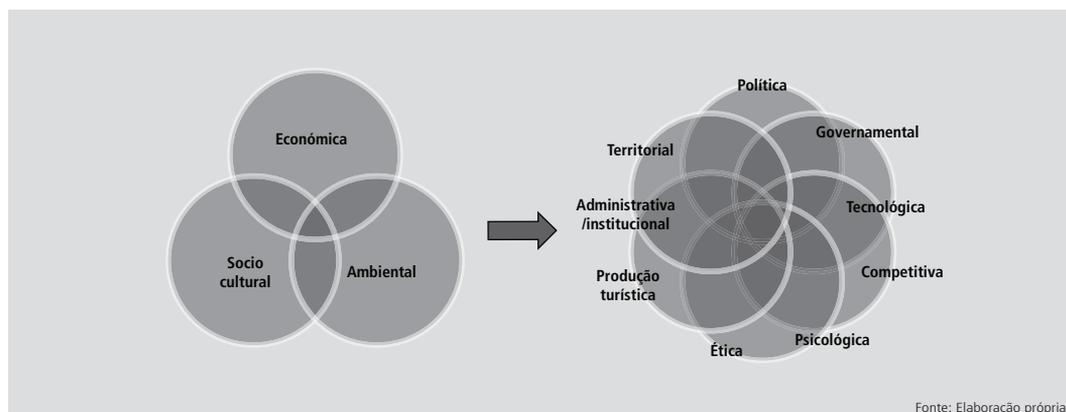


Figura 4 | As dimensões tradicionais e as 'novas' dimensões da sustentabilidade.

outras dimensões no desenvolvimento do TS (Figura 4). Poderia esperar-se que, ao longo dos anos, mais dimensões reforçassem estas dimensões base da sustentabilidade, mas verificou-se que esta abordagem tem vindo a ser mantida. Considerando os 21 estudos analisados, no período de 2000 a 2011, as dimensões tradicionais constituíram a base de referência em 11 estudos (Ahn, Lee & Shafer, 2002; Baros & Dávid, 2007; Blancas, Lozano-Oyola, González, Guerrero & Caballero, 2011; Cole, 2004; Farsari, Butler & Szivas, 2011; Gallego, 2006; Nicholas & Thapa, 2010; Nunkoo & Ramkissoon, 2010; Tsaur, Lin & Lin, 2006; Vera Rebollo & Ivars Baidal, 2003; Welford & Ytterhus, 2004).

A dimensão ética é referida em apenas um estudo (*Agence Française pour l'Ingénierie Touristique*, 2001 citada por Ceron & Dubois, 2003), tal como as dimensões competitiva (Cocossis, 1996, citado por Butler, 1999), psicológica (Liu, 2003; Bramwell et al., 1996, citado por Butler, 1999) e tecnológica (Choi & Sirakaya, 2006).

Outras dimensões começam a ser mencionadas com frequência, com particular destaque para a política (Bramwell et al., 1996, citado por Butler, 1999; Ritchie & Crouch, 2000, citado por Dwyer & Kim, 2003; Sachs, 2002, citado por Hanai, 2012; Ko, 2005; Choi & Sirakaya, 2006). Também mencionadas em mais do que um estudo, destacam-se as dimensões: territorial (Cocossis, 1996, citado por Butler, 1999); administrativa/de gestão/institucional

(Bramwell et al., 1996, citado por Butler, 1999; Roberts & Tribe, 2008); e da estrutura de produção turística (qualidade dos serviços e produtos) (Twining-Ward & Butler, 2002; Ko, 2005; Pomeroy, Noble & Johnson, 2011).

Em suma, o estudo da sustentabilidade deverá contemplar um alargado conjunto de dimensões, interdependentes e correlacionadas entre si (Choi & Sirakaya, 2006), com diversos níveis de abrangência: local, regional, nacional e internacional. No entanto, Butler (1999) alerta para o facto de o alargamento das dimensões da sustentabilidade a outros domínios poder conduzir ao aparecimento de um número ainda mais vasto de interpretações do conceito de sustentabilidade e à sua aplicação incorreta.

A análise efetuada é confirmatória da dificuldade dos investigadores que se dedicam a esta área de estudo em transpor os contributos teóricos alcançados para um domínio prático. Observou-se que uma parte muito significativa dos estudos são, ainda, estudos conceptuais. Dada a dificuldade na mensurabilidade da sustentabilidade seria de esperar que mais estudos empíricos tivessem sido já desenvolvidos. Dos 21 artigos revistos, 11 permitiram a formulação de conclusões e recomendações elaboradas a partir da realização de estudos empíricos. Alguns dos estudos conceptuais analisados dedicam-se a uma reflexão sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável e de TS, suas perspetivas e limitações, enquanto outros

tiveram como objetivo a proposta de indicadores ou de modelos de sustentabilidade.

Enquanto os dez estudos conceptuais se basearam em revisão de literatura, verificou-se que dos onze estudos com componente empírica, nove optaram pela recolha de dados primários e dois pela análise de dados secundários (através da análise de bases de dados estatísticas). Relativamente à metodologia aplicada, seis optaram por abordagem qualitativa, quatro por uma abordagem quantitativa e, somente um, pela conjugação de ambas. Estes estudos têm aplicabilidade em três contextos diferentes: sete em destinos turísticos, três em atrações turísticas e um em empresas. Relativamente aos instrumentos utilizados na recolha de dados primários a maioria das preferências recai sobre a aplicação de inquéritos por questionário (quatro), seguindo-se a realização de entrevistas (três), a aplicação do método Delphi (três) e a recolha documental (um).

Tendo como referência o elevado número de artigos publicados sobre esta temática, observa-se que são poucos os estudos que se dedicam a uma análise, em profundidade, das várias dimensões da sustentabilidade. Ao se considerar a opinião de Ko (2005), o desenvolvimento sustentável não poderá ser atingido enquanto as várias dimensões de um destino turístico não forem sustentáveis, pelo que se depreende que o estudo da sustentabilidade deveria ter por base uma análise mais profunda das características inerentes a cada dimensão. Partindo, também, das considerações feitas por Vera Rebollo e Ivars Baidal (2003), para quem as dimensões da sustentabilidade devem ser medidas e avaliadas através de indicadores que contemplem as características específicas de cada destino, seria relevante a proposta de modelos aplicáveis a determinadas tipologias de destinos turísticos, ou mesmo a um destino turístico em particular, e não apenas de modelos genéricos.

Ao se atender, em particular, à dimensão económica da sustentabilidade, verificou-se que oito dos estudos analisados fazem algum tipo de reflexão, ou mesmo uma análise focada, nesta dimensão.

Sendo o turismo uma atividade económica é imperativo que o TS seja economicamente exequível, pelo que na perspetiva de Choi e Sirakaya (2006) a sustentabilidade económica é sinónimo de crescimento, sempre que este respeite os limites aceitáveis num dado destino e se reflita numa distribuição equitativa dos seus benefícios pela comunidade. A distribuição equitativa dos benefícios do turismo é, também para Ross e Wall (1999), um dos requisitos fundamentais da sustentabilidade económica, a par da criação de oportunidades de emprego, transversais aos vários sectores de atividade afetos ao turismo, e do empreendedorismo.

Na perspetiva de McCool (1995, citado por Tsaour et al., 2006), esta dimensão, traduz-se na obtenção de rendimentos adequados para as famílias, na estabilidade de preços e na igualdade de oportunidades de emprego na comunidade local. Também para Roberts e Tribe (2008), esta dimensão diz respeito à capacidade de um negócio em gerar rendimento suficiente para garantir a sobrevivência dos sistemas económicos locais e nacionais.

Nicholas e Thapa (2010, p. 843) apresentam, por sua vez, uma perspetiva ligeiramente diferente destes autores, defendendo que enquanto para a atividade turística em geral se discutem, intensamente, os impactes que derivam da dimensão económica, para a ambiental, no contexto do DTS verifica-se o inverso. As questões ambientais são muito pertinentes para o domínio económico e “a eliminação das fugas (*leakages*) é vital para o reforço do efeito multiplicador do turismo na economia”. É, também, neste contexto, que Choi e Sirakaya (2006) apontam o desenvolvimento sustentável como um elemento fundamental para a criação de ligações (*linkages*) a longo prazo entre as comunidades receptoras e as indústrias, enquanto meio para a minimização dos efeitos negativos do turismo sobre o meio ambiente e para a melhoria do bem-estar ao nível sociocultural.

No seguimento destas opiniões, também as diretrizes da UNWTO (2012), definem os seguintes pressupostos da dimensão económica da sustentabilidade: a promoção de operações

económicas viáveis e de longo-prazo; a geração de benefícios económicos equitativamente distribuídos por todos os *stakeholders*; a criação de emprego estável e de oportunidades para a obtenção de rendimento e de serviços sociais para as comunidades recetoras; e a diminuição da pobreza das populações locais.

4. A interpretação e a sustentabilidade económica

Reunindo um conjunto de definições propostas para este conceito (como as sistematizadas por Durão & Carneiro, 2012), a interpretação pode ser definida como um processo comunicacional, que procura transmitir – implícita ou explicitamente – informações, ideias e significados ao visitante que contribuam para o enriquecimento da sua experiência e para a criação de ligações entre as pessoas e os espaços, promovendo a compreensão, e despertando emoções e sentimentos que conduzam à alteração de atitudes e comportamentos.

Atendendo à audiência de cada tipo de atração e à mensagem que se pretende comunicar, os gestores das atrações dispõem de um vasto conjunto de meios e técnicas de interpretação que lhes permitirão alcançar os objetivos que tenham delineado. Entre as mais frequentemente utilizadas, encontram-se as visitas guiadas; a história viva; os painéis e placas interpretativos; os meios audiovisuais (e.g. postos computadorizados, áudio-guias); as réplicas e maquetas; e as publicações (e.g. brochuras, guias). Estes serviços interpretativos podem ser oferecidos de forma gratuita ou sob a forma de um serviço público ou mediante o pagamento de uma taxa (McNamara & Prideaux, 2010).

A interpretação é uma importante ferramenta de gestão de visitantes, assentando em três princípios essenciais: o da educação, o do entretenimento e o da conservação e desenvolvimento sustentável (Timothy & Boyd, 2003, citado por Dallen &

Prideaux, 2004). Atendendo em particular a este último princípio, a interpretação pode contribuir, positivamente, para: i) otimizar/enriquecer a experiência do visitante, tornando-a mais satisfatória e memorável; ii) promover as atrações, favorecendo estadias mais longas, mais frequentes e com mais despesas associadas; iii) promover uma maior sensibilização, apreciação, conhecimento e compreensão do património natural e cultural junto do visitante, contribuindo para a sua proteção e conservação, através da modificação de atitudes e comportamentos; iv) promover o conhecimento público das organizações responsáveis pela gestão do património e dos seus programas, constituindo um incentivo à obtenção de apoios mais significativos, nomeadamente, a nível financeiro; v) providenciar às comunidades locais um conhecimento mais profundo do seu património e dos valores inerentes à sua cultura e um maior envolvimento do público no processo de gestão (incluindo prestação de serviços de interpretação e de outros serviços relacionados com o património) (e.g. Bramwell & Lane, 1993; Moscardo, 1998; Moscardo & Ballantyne, 2008; Munro, Morrison-Saunders & Hughes, 2008; Pearson & Sullivan, 1995, citado por Dallen & Prideaux, 2004).

Com base no sistema de indicadores para gestão do TS do turismo de comunidade proposto por Choi e Sirakaya (2006)² procurou-se compreender que estudos têm vindo a ser desenvolvidos sobre a relação entre a interpretação e o desenvolvimento sustentável da atividade turística, tendo sido identificados apenas dez artigos: Bramwell e Lane (1993), Brayley (2010); Cole (2004); Emphamdh e Polpiwat (2006); Frost (2004); Garrod e Fyall (2000); Markwell, Bennett e Ravenscroft (1997); Ray e Richards (1998, 2001, citado por Cassel & Pashkewick, 2011); e Wallace e Pearce (1996).

² Ver, na secção 2, segunda fase da metodologia aplicada neste estudo.

O reduzido número de estudos realizados sobre a relação entre a adoção, reforço ou reconfiguração de meios interpretativos e os impactes económicos que se geram nas atrações e, conseqüentemente, nos destinos, revela que os efeitos económicos da interpretação não são facilmente observáveis. Note-se que as estratégias de gestão de visitantes podem ser consideradas estratégias *hard* ou *soft* (Kuo, 2002). As estratégias *hard* envolvem gestão física do espaço, regulações e gestão económica (por exemplo, cobrança de preços mais elevados na época de maior procura e cobrança pela utilização de determinados espaços para gerir a sua utilização). As estratégias *soft* baseiam-se na educação e na interpretação. Como tal, os resultados deste tipo de estratégias não são tão facilmente observáveis como as das estratégias *hard*, dado resultarem da alteração de comportamentos e atitudes.

A maioria dos estudos realizados centra-se na aprendizagem e conhecimento obtido pelo visitante, na modificação de comportamentos ou nas mudanças de atitude perante a conservação ambiental ou perante o respeito por outras culturas (e.g. Durão & Carneiro, 2012; McNamara & Prideaux, 2010; Moscardo, 1999; Weaver, 2005). No entanto, são já alguns os autores que se têm dedicado ao estudo das relações entre a interpretação e a satisfação dos visitantes (e.g. Beckman, 1999; Munro et al., 2008), podendo este ser utilizado como um indicador indireto da valência económica da interpretação no sentido em que a satisfação do visitante se poderá traduzir no seu regresso à atração, no usufruto de serviços ou compra de produtos na atração, ou na recomendação a familiares e amigos, aumentando o leque de potenciais visitantes no futuro.

Na sequência da pesquisa efetuada, em particular, sobre os efeitos económicos derivados da interpretação, merece destaque o estudo de Bramwell e Lane (1993), dedicado a uma reflexão sobre a relação entre as ligações existentes entre interpretação e TS. Como benefícios potenciais desta relação foram identificados: a gestão de visitantes, os contributos para a economia local,

os ganhos ambientais e o maior envolvimento da comunidade local.

Um estudo desenvolvido por Emphandhu e Polpiwat (2006) sobre o envolvimento da comunidade local na gestão da atividade turística em parques nacionais da Tailândia concluiu que entre as principais forças do turismo com base na comunidade estão a conservação dos recursos naturais e culturais e a diversificação das experiências turísticas, pelo que a interpretação pode ser utilizada como um meio para reduzir os impactes negativos do turismo, a par do desenvolvimento de códigos de conduta para visitantes e operadores. O envolvimento da comunidade poderá ser percebido como um indicador essencialmente social mas uma das conclusões deste estudo foi, precisamente, a possibilidade de poderem advir benefícios económicos relacionados com a chegada e distribuição da receita na comunidade local e a melhoria das competências dos residentes locais na gestão de negócios turísticos.

A interpretação pode, ainda, constituir uma oportunidade para a criação de emprego junto das comunidades locais. Veja-se o exemplo providenciado por Cole (2004), que apresenta a preservação do património mineiro como uma oportunidade para incluir antigos mineiros ou seus descendentes nas operações da atração, cujo papel se torna particularmente interessante ao conduzirem visitas guiadas, fazendo pequenas palestras ou interagindo com os visitantes. Também curioso é o facto de esta autora referir que aquilo que poderia ser uma limitação – o facto de estes mineiros estarem a desaparecer e não existir quem dê continuidade ao seu trabalho – poder constituir uma mais-valia, no sentido em que estes indivíduos podem contar as suas histórias a outros membros da comunidade, dando-lhes a formação necessária para desempenhar este papel. É, neste sentido, que o envolvimento da comunidade local se apresenta como um elemento potenciador do aumento da qualidade e do valor da interpretação (Jones & Munday, 2001, citado por Cole, 2004). Vários outros

autores referem, neste mesmo sentido, a contratação de residentes locais das comunidades visitadas para conduzirem visitas guiadas (e.g. Collins, 2000).

No que diz respeito à atração de investimento, Wallace & Pearce (1996) destacam, no domínio das práticas do ecoturismo, a necessidade de quaisquer concessões de exploração de negócios relacionados com a atividade turística a residentes locais ou a abertura das atrações aos visitantes serem precedidas de investimentos adequados em infraestruturas e serviços de gestão, sobretudo serviços de gestão de visitantes e de gestão do envolvimento da comunidade local. Neste sentido, depreende-se que qualquer local que pretenda assumir-se como um destino de ecoturismo terá de apostar fortemente na gestão de visitantes e, conseqüentemente, em meios interpretativos o que poderá favorecer a captação de investimento na região.

Mesmo a atração de investimento privado pode ser fomentada, indiretamente, através da interpretação. No estudo realizado por Frost (2004), alguns agentes privados operam em atrações históricas pelo facto de os visitantes procurarem informação sobre os locais que estão a visitar e não existir oferta adequada. Ao providenciarem meios de interpretação, estas empresas estão a melhorar a experiência que é vivenciada por estes visitantes, captando outros, o que funciona como um ciclo: mais visitantes, maior necessidade de interpretação; mais interpretação, maior a possibilidade de atrair mais visitantes.

A dificuldade na mensurabilidade dos impactes económicos da interpretação está, também, patente no facto de os gestores/operadores não poderem assumir que o aumento anual do número de visitantes significa, por si só, um aumento da receita obtida. As atrações têm de se tornar mais inovadoras e se diferenciar das suas concorrentes tanto ao nível das suas políticas de gestão como de preço, de *marketing* ou da interpretação (Markwell et al., 1997).

A propósito da política de preços praticados pelas atrações turísticas destaca-se a referência de Garrod e Fyall (2000) ao aumento das expectativas dos

visitantes como um dos fatores influenciadores das estratégias de *pricing*. O cumprimento deste objetivo está, na sua opinião, diretamente relacionado com o formato em que a informação é apresentada, com a interpretação em geral e com as próprias facilidades oferecidas aos visitantes.

Um estudo desenvolvido por Brayley (2010) sobre a gestão de locais sagrados enquanto atrações turísticas revelou uma tendência entre os gestores destes locais para desenvolverem facilidades e serviços turísticos, tais como centros de visitantes, recursos interpretativos e eventos, no sentido de proteger o recurso e tornar a experiência do turista peregrino mais significativa. Este estudo revelou que quanto melhores e mais eficientes forem estas facilidades e serviços, mais oportunidades de desenvolvimento social e económico serão criadas, que se traduzirão na preservação destes locais, em mais e melhor educação e interpretação, numa maior identificação social, numa melhor relação sociocultural, no aumento da hospitalidade, no aumento do emprego, no aumento das despesas turísticas, na valorização do produto, na criação de redes de negócio e em oportunidades de *marketing*.

O próprio desenvolvimento do turismo cultural e patrimonial, no qual está implícito a própria interpretação, é uma estratégia frequentemente adotada com vista à recuperação de regiões degradadas, para a revitalização da cultura local e para a descoberta de novas utilizações para infraestruturas antigas (Ray, 1998 e Richards, 2001, citados por Cassel & Pashkevich, 2011).

A revisão destes estudos permite constatar que as algumas das temáticas incluídas na dimensão económica da sustentabilidade têm sido negligenciadas nos estudos desenvolvidos no domínio da interpretação. Apesar de terem sido encontradas referências ao emprego, à captação de capitais e distribuição do rendimento, ao investimento ou à formação de capital nas comunidades através da sua participação na atividade turística, outras temáticas encontram-se inexploradas. Este é o caso do bem-estar económico ou das condições

de empregabilidade. No entanto, dada a grande diversidade de estudos que propõem indicadores de mensurabilidade da sustentabilidade, admite-se que o desenvolvimento de indicadores para estas temáticas que se apliquem ao domínio da interpretação não seja uma tarefa simples de executar.

5. Conclusões e implicações

A interpretação apresenta-se como uma importante ferramenta de diferenciação entre atrações, exercendo uma forte influência sobre os fluxos de visitantes, sem descurar, no entanto, a preservação das características que as tornam tão apelativas para a atividade turística. O sucesso de uma atração, para além de contribuir para a sua própria sustentabilidade, pode contribuir para a sustentabilidade de todo o território e da própria atividade turística. As atrações têm de ser capazes de se reinventar, promovendo a repetição das visitas e a atração de novos visitantes. Como em qualquer processo comercial, parte-se do pressuposto que, se o cliente fica satisfeito com a experiência vivenciada, terá maior propensão para alargar a duração da sua estadia no destino, para efetuar mais despesas através do usufruto de serviços e da compra de bens produzidos localmente, para repetir a visita ao destino, e para aconselhar, ao seu grupo de familiares e amigos, a mesma experiência. Como tal, podem daqui resultar impactes económicos significativos e podem ser geradas inúmeras oportunidades de desenvolvimento local e regional.

O crescente reconhecimento da importância da sustentabilidade do turismo é perceptível através de uma análise dos estudos publicados neste domínio. Somente em 2011 foram contabilizadas 114 publicações. Mas apesar do grande número de contributos, a sustentabilidade é um estádio que não é facilmente alcançável ou, facilmente, mensurável. Neste sentido, torna-se necessário conhecer as múltiplas dimensões da sustentabilidade

e desenvolver medidas que permitam aferir a eficiência das políticas e ações implementadas. Embora as dimensões económica, social, cultural (ou sociocultural) e ambiental sejam consideradas as dimensões tradicionais do DTS (Vera Rebollo & Ivars Baidal, 2003; Choi & Sirakaya, 2006), o estudo da sustentabilidade deverá contemplar um alargado conjunto de dimensões, interdependentes e correlacionadas entre si, com diversos níveis de abrangência (local, regional, nacional e internacional): ambiental/ecológica, social, cultural, económica, política, ética, competitiva, psicológica, territorial, governamental, administrativa, de gestão e institucional.

De entre uma análise de 21 artigos, verificou-se que apenas oito fazem referência a uma análise da dimensão económica da sustentabilidade que se traduz, essencialmente, na distribuição equitativa dos benefícios por todos os *stakeholders*, na criação de emprego, em incentivos ao empreendedorismo local, na obtenção de rendimentos de longo prazo que garantam a subsistência das famílias, na diminuição da pobreza ou no reforço do efeito multiplicador do turismo na economia, evitando as fugas de capital.

Uma pesquisa efetuada sobre a relação entre a interpretação e a gestão dos visitantes e as várias características da dimensão económica da sustentabilidade revelou a existência de um número muito reduzido de estudos sobre a relação entre a adoção, reforço ou reconfiguração de meios interpretativos e os seus efeitos económicos. A maioria dos estudos realizados centra-se na aprendizagem e conhecimento obtido pelo visitante, na modificação de comportamentos ou nas mudanças de atitude perante a conservação ambiental ou perante o respeito por outras culturas, notando-se uma maior predisposição para a avaliação dos impactes ao nível das dimensões ambiental e sociocultural.

A revisão destes estudos permite constatar que as algumas das temáticas incluídas na dimensão económica da sustentabilidade têm sido negligenciadas nos estudos desenvolvidos

no domínio da interpretação. Apesar de terem sido encontradas referências ao emprego, à captação de capitais e distribuição do rendimento, ao investimento ou à formação de capital nas comunidades através da sua participação na atividade turística, outras temáticas encontram-se inexploradas, como o bem-estar económico ou as condições de empregabilidade.

Perante estas constatações, percebe-se que a relação entre a interpretação e a sustentabilidade económica das atrações turísticas e dos próprios destinos é uma área de estudo ainda muito pouco explorada e com grande potencial para a obtenção de contributos inovadores.

Referências bibliográficas

- Ahn, B., Lee, B., & Shafer, C. S. (2002). Operationalizing sustainability in regional tourism planning: An application of the limits of acceptable change framework. *Tourism Management, 23*(1), 1-15.
- Baros, Z., & Dávid, L. D. (2007). Environmentalism and sustainable development from the point of view of tourism. *Tourismos, 2*(2), 141-152.
- Blancas, F. J., Lozano-Oyola, M., González, M., Guerrero, F. M., & Caballero, R. (2011). How to use sustainability indicators for tourism planning: The case of rural tourism in Andalusia (Spain). *Science of the Total Environment, 412-413*, 28-45.
- Bramwell, B., & Lane, B. (1993). Interpretation and sustainable tourism: The potential and the pitfalls. *Journal of Sustainable Tourism, 1*(2), 71-80.
- Brayley, R. E. (2010). Managing sacred sites for tourism: A case study of visitor facilities in Palmyra, New York. *Tourism, 58*(3), 289-300.
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies, 1*(1), 7-25.
- Byrd, E. T. (2007). Stakeholders in sustainable tourism development and their roles: Applying stakeholder theory to sustainable tourism development. *Tourism Review, 62*(2), 6-13.
- Cassel, S. H., & Pashkevich, A. (2011). Heritage tourism and inherited institutional structures: The case of Falun Great Copper Mountain. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism, 11*(1), 54-75.
- Ceron, J. P., & Dubois, G. (2003). Tourism and sustainable development indicators: The gap between theoretical demands and practical achievements. *Current Issues in Tourism, 6*(1), 54-72.
- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management, 27*(6), 1274-1289.
- Cole, D. (2004). Exploring the Sustainability of Mining Heritage Tourism. *Journal of Sustainable Tourism, 12*(6), 480-494.
- Collins, V. R. (2000). *Becoming a tour guide: principles of guiding and site interpretation*. Essex: Thomson Learning
- Dallen J., T., & Prideaux, B. (2004). Issues in heritage and culture in the Asia Pacific region. *Asia Pacific Journal of Tourism Research, 9*(3), 213-223.
- Durão, M., & Carneiro, M. J. (2012). Estudos de avaliação da interpretação de atrações turísticas: Âmbito geográfico, dimensões de avaliação contempladas e técnicas utilizadas. *Revista Turismo & Desenvolvimento, 17/18*(2), 797-807.
- Dwyer, L., & Kim, C. (2003). Destination competitiveness: Determinants and indicators. *Current Issues in Tourism, 6*(5), 369-414.
- Emphandhu, D., & Polpiwat, U. (2006). Strategic policy options for enhancement of national park and local community linkage in tourism management of Thai National Parks. *Kasetsart Journal – Social Sciences, 27*(2), 347-362.
- Farsari, I., Butler, R. W., & Szivas, E. (2011). Complexity in tourism policies: A cognitive mapping approach. *Annals of Tourism Research, 38*(3), 1110-1134.
- Frost, W. (2004). Heritage tourism on Australia's Asian shore: A case study of Pearl Luggers, Broome. *Asia Pacific Journal of Tourism Research, 9*(3), 281-291.
- Gallego, I. (2006). The use of economic, social and environmental indicators as a measure of sustainable development in Spain. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 13*(2), 78-97.
- Garrod, B., & Fyall, A. (2000). Beyond the rhetoric of sustainable tourism?. *Tourism Management, 19*(3), 199-212.
- Hanai, F. Y. (2012). Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: Conceitos, reflexões e perspectivas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 8*(1), 198-231.
- Ko, T. G. (2005). Development of a tourism sustainability assessment procedure: A conceptual approach. *Tourism Management, 26*(3), 431-445.
- Kuo, I. L. (2002). The effectiveness of environmental interpretation at resource-sensitive tourism destinations. *International Journal of Tourism Research, 4*(2), 87-101.
- Liu, Z. (2003). Sustainable tourism development: A critique. *Journal of Sustainable Tourism, 11*(6), 459-475
- Lu, J., & Nepal, S. K. (2009). Sustainable tourism research: An analysis of papers published in the Journal of Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism, 17*(1), 5-16.
- Markwell, S., Bennett, M., & Ravenscroft, N. (1997). The changing market for heritage tourism: A case study of visits to historic houses in England. *International Journal of Heritage Studies, 3*(2), 95-108.
- McNamara, K. E., & Prideaux, B. (2010). Reading, learning and enacting: interpretation at visitor sites in the Wet Tropics rainforest of Australia. *Environmental Education Research, 16*(2), 173-188.
- Moscardo, G. (1998). Interpretation and sustainable tourism: Functions, examples and principles *The Journal of Tourism Studies, 9*(1), 2-13.
- Moscardo, G., & Ballantyne, R. (2008). *Interpretation and Attractions*. In A. Fyall, B. Garrod, A. Leask & S. Wanhill (Eds.), *Managing visitor attractions: New directions* (237-252). London: Elsevier Butterworth-Heinemann

- Munro, J. K., Morrison-Saunders, A., & Hughes, M. (2008). Environmental interpretation evaluation in natural areas. *Journal of Ecotourism*, 7(1), 1-14.
- Nicholas, L., & Thapa, B. (2010). Visitor perspectives on sustainable tourism development in the Pitons Management Area World Heritage Site, St. Lucia. *Environment, Development and Sustainability*, 12(5), 839-857.
- Nunkoo, R., & Ramkissoon, H. (2010). Gendered theory of planned behaviour and residents' support for tourism. *Current Issues in Tourism*, 13(6), 525-540.
- Park, S. Y., & Jamieson, W. (2009). Developing a tourism destination monitoring system: A case of the Hawaii tourism dashboard. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 14(1), 39-57.
- Pomeroy, A., Noble, G., & Johnson, L. W. (2011). Conceptualizing a contemporary marketing mix for sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(8), 953-969.
- Roberts, S., & Tribe, J. (2008). Sustainability indicators for small tourism enterprises: An exploratory perspective. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(5), 575-594.
- Ross, S., & Wall, G. (1999). Ecotourism: Towards congruence between theory and practice. *Tourism Management*, 20, 123-132.
- Tsaur, S.-H., Lin, Y.-C., & Lin, J.-H. (2006). Evaluating ecotourism sustainability from the integrated perspective of resource, community and tourism. *Tourism Management*, 27(4), 640-653.
- Twining-Ward, L., & Butler, R. (2002). Implementing STD on a small island: Development and use of sustainable tourism development indicators in Samoa. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(5), 363-387.
- United Nations World Tourism Organization [UNWTO] (2012). *Sustainable development of tourism: Definition*. Retrieved March 10, 2012 from <http://sdt.unwto.org>
- Vera Rebollo, J. F., & Ivars Baidal, J. A. (2003). Measuring sustainability in a mass tourist destination: Pressures, perceptions and policy responses in Torrevieja, Spain. *Journal of Sustainable Tourism*, 11(2-3), 181-203.
- Wallace, G. N., & Pearce, S. M. (1996). An evaluation of ecotourism in Amazonas, Brazil. *Annals of Tourism Research*, 23(4), 843-873.
- Weaver, D. B. (2005). Comprehensive and minimalist dimensions of ecotourism. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 439-455.
- Welford, R., & Ytterhus, B. (2004). Sustainable development and tourism destination management: A case study of the Lillehammer region, Norway. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 11(4), 410-422.